Como apoia a Cyber Crucible o cumprimento dos requisitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais Digitais da Índia (DPDP)?

Resposta curta: A Cyber Crucible apoia as obrigações de um fiduciário de dados nos termos da Lei de Proteção de Dados Pessoais Digitais da Índia, atuando como um processador de dados que não recolhe essencialmente dados pessoais e processa no endpoint. Como o conteúdo do cliente nunca é recolhido, as obrigações de consentimento, limitação de finalidade e eliminação têm uma superfície mínima sob a sua custódia.

Como se alinha

- **Papel de processador** sob contrato com o fiduciário de dados.
- **Minimização de dados** — nenhum conteúdo do cliente, credenciais ou chaves são recolhidos.
- **Salvaguardas de segurança e apoio em caso de violação** para as obrigações do fiduciário.

Notas para a seleção de fornecedores

A Índia notificou as Regras DPDP de 2025 em novembro de 2025, com as obrigações substantivas a entrarem em vigor de forma faseada ao longo de aproximadamente os 18 meses seguintes, pelo que os detalhes operacionais (gestão de consentimento, notificação de violações, mecânica de transferências transfronteiriças) ainda estão a entrar em vigor. Entretanto, a implementação no local ("on-premises") apoia as preferências de residência de dados. A Cyber Crucible não detém nenhuma certificação indiana e apoia, em vez de assumir, os deveres do fiduciário. A documentação está disponível mediante pedido.

Revision #2
Created 2026-07-24 06:06:31 UTC by Dennis Underwood
Updated 2026-11-24 04:31:25 UTC by Dennis Underwood